

- Cada item da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

Julgue os itens subsequentes, com relação às consultas de apoio nas atividades operacionais do policial rodoviário federal.

- 1 Ao consultar o módulo INDIVÍDUOS da Rede INFOSEG, o policial rodoviário federal obtém informações acerca de indivíduos aos quais tenha sido expedido mandado de prisão ou que estejam envolvidos em inquéritos policiais ou em processos judiciais criminais.
- 2 Por meio da Rede SERPRO, os servidores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) podem acessar tanto as bases de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) e do Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH) quanto o Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento (SINIVEM).

Com relação aos meios de comunicação de voz disponibilizados pela PRF, julgue os itens subsecutivos.

- 3 Quando operado em potência alta (5 W), o rádio portátil PRO 5150 emite um sinal com alcance máximo de dez quilômetros.
- 4 No campo 2 do código de identificação das unidades fixas e das viaturas, constam dois dígitos que indicam a delegacia a que pertence a estação de rádio.
- 5 Como a PRF possui uma rede IP própria, não são tarifadas as ligações telefônicas entre números VoIP e ramos de uma central da PRF, mesmo que tais ligações ocorram entre diferentes unidades federativas.

Em relação aos sistemas corporativos operacionais, julgue os itens a seguir.

- 6 Casos de acidentes em que não tenha havido vítimas nem danos aos equipamentos de segurança do(s) veículo(s) envolvido(s) podem ser registrados mediante declaração eletrônica de acidente de trânsito, disponibilizada no sistema e-DAT da PRF.
- 7 O sistema BR-Brasil permite ao policial rodoviário federal o acesso instantâneo a ocorrências de acidentes registradas em qualquer ponto do país.
- 8 Uma funcionalidade do Sistema de Controle de Multas (SISCOM) é a geração automática do Documento de Recolhimento de Veículo (e-DRV).

Acerca das ferramentas de apoio para o desenvolvimento das atividades do policial rodoviário federal, julgue os itens que se seguem.

- 9 O Painel PRF, página oficial da PRF na Internet, é voltado para o público em geral e constituído por um espaço virtual que facilita o acesso da população aos serviços desse órgão.
- 10 O Alerta Brasil é um sistema de monitoramento de tráfego por câmeras capaz de identificar os caracteres da placa de um veículo e verificar a existência de irregularidades de natureza administrativa ou criminal relacionadas a ele.

Em relação à infraestrutura e aos recursos de tecnologia da informação e de comunicações (TIC) utilizados pela PRF, julgue os itens seguintes.

- 11 Nos computadores da PRF, é necessária a instalação local de um programa específico para que se tenha acesso aos sistemas, serviços e arquivos da instituição, já que o armazenamento de dados é feito em servidores *cloud computing* (computação em nuvem).
- 12 No âmbito da PRF, o uso ético dos recursos de TIC é norteado pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Com relação ao direcionamento estratégico organizacional da PRF, julgue os itens a seguir.

- 13 O número de incêndios em veículos nas rodovias estaduais registrado pela PRF constitui um indicador de desempenho institucional.
- 14 A execução de serviços de prevenção, o atendimento de acidentes e o salvamento de vítimas nas rodovias federais são competências da PRF.
- 15 Profissionalismo e honestidade são valores morais que orientam o trabalho do policial rodoviário federal.
- 16 O art. 144 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre as competências legais delegadas à PRF.

Com relação às atividades operacionais da PRF, bem como à execução dessas atividades pelos policiais rodoviários federais, julgue os itens seguintes.

- 17 Se, durante uma operação de fiscalização da PRF em uma rodovia federal, o condutor de um veículo apresentar sinais de alteração da capacidade psicomotora e se recusar a realizar o teste de alcoolemia por meio de etilômetro, o policial que o abordou deverá proceder ao preenchimento do termo de constatação de embriaguez.
- 18 Policiamento, fiscalização e prevenção são os componentes que caracterizam as atividades operacionais da PRF.
- 19 O policiamento aéreo, caracterizado pelo emprego de aeronaves em patrulhamentos, escoltas, entre outras situações específicas, é considerado parte integrante do policiamento ostensivo rodoviário.
- 20 A fiscalização de enfrentamento a crimes contra o meio ambiente é executada pelo policiamento especializado da PRF nas situações em que um desastre natural tenha ocasionado a interdição de uma rodovia.
- 21 É dever de todo policial rodoviário federal o cumprimento da escala de serviço, que pode ser ordinária, especial ou extraordinária.
- 22 Os comandos, que podem ser divididos em comandos de fiscalização geral e de fiscalização específica, são uma modalidade de policiamento que demanda um grande número de equipamentos e de recursos humanos.

Julgue os próximos itens, relativos às competências e às atividades de rotina do policial rodoviário federal.

- 23 Em uma delegacia, o adjunto é o administrador da unidade operacional que desempenha atividades em âmbito administrativo.
- 24 Constitui rotina principal da equipe de ronda, ao assumir o serviço e durante sua execução, ler os registros dos serviços anteriores e inteirar-se das pendências.
- 25 Nas normas internas da PRF, nas escalas de serviço do efetivo e no manual de rotinas operacionais, são especificadas as atribuições do policial rodoviário federal.

No que se refere aos registros e relatórios da PRF, julgue os seguintes itens.

- 26 A autuação sem abordagem é considerada comum nos procedimentos operacionais da PRF, podendo o policial rodoviário federal aplicá-la quando considerar necessário.
- 27 O controle operacional, cuja finalidade é o monitoramento das atividades operacionais, consiste em uma etapa integrante da gestão operacional.
- 28 Parte-diária de serviço é um formulário que deve ser assinado pelo chefe do grupo ou pela equipe responsável pelo serviço.

No que se refere ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e ao Conselho Nacional de Trânsito (CNT), julgue os itens a seguir.

- 29 As câmaras temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, são constituídas por especialistas de diversas áreas, como, por exemplo, educação, saúde e meio ambiente.
- 30 A arrecadação de multas decorrentes de infração de trânsito, no âmbito das rodovias federais, é de responsabilidade do DNIT, órgão executivo rodoviário da União.
- 31 O CONTRAN, vinculado ao Ministério das Cidades, é o órgão máximo executivo de trânsito no SNT.

A respeito de penalidades, medidas administrativas e processo administrativo relacionados a infrações de trânsito, julgue os itens que se seguem.

- 32 Não obstante a competência do policial rodoviário federal para lavrar auto de infração de trânsito, a autoridade de trânsito analisará a consistência do referido auto e aplicará a penalidade cabível.
- 33 Após a expedição de notificação de penalidade, o proprietário do veículo objeto de infração poderá apresentar a defesa da autuação perante a autoridade de trânsito que impôs a penalidade.
- 34 A decisão da junta administrativa de recursos de infrações encerra a instância administrativa do processo.
- 35 No que se refere às competências para a aplicação de diferentes tipos de penalidades de trânsito, a PRF é competente somente pela aplicação e arrecadação de multas.
- 36 Nas situações em que a infração de trânsito resultar na penalidade de suspensão do direito de dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do condutor deverá ser recolhida e ele deverá frequentar curso de reciclagem.
- 37 Durante uma fiscalização de trânsito, o veículo que apresentar irregularidades que possam comprometer a segurança ou a fluidez do trânsito deverá ser removido para um depósito escolhido pelo órgão ou entidade competente, ainda que haja a possibilidade de o condutor providenciar a reparação da irregularidade no local onde foi lavrado o auto de infração.

- 38 Caso um condutor seja flagrado dirigindo sob o efeito de álcool, a autoridade de trânsito deve aplicar as penalidades e as medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), mesmo que o condutor se recuse a realizar teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita caracterizar a infração.

De acordo com o CTB e as resoluções do CONTRAN, julgue os itens seguintes.

- 39 Os veículos de escolta, desde que sejam registrados para tal finalidade no órgão rodoviário, poderão circular com dispositivo de iluminação intermitente ou rotativa na cor amarelo-âmbar.
- 40 Para conduzir veículos automotores, o motorista deve, obrigatoriamente, portar a CNH, ou a permissão para dirigir, e o Certificado de Licenciamento Anual (CLA), salvo quando for possível comprovar a regularidade do condutor e do veículo junto ao RENACH e ao RENAVAL, respectivamente.
- 41 Se, em rodovia federal, ocorrer acidente que envolva veículo de transporte escolar e que resulte em vítima, a retirada do disco do equipamento obrigatório registrador de velocidade e tempo será de responsabilidade do perito oficial, cabendo ao policial rodoviário preservar o local e as provas do acidente.
- 42 É dispensado o uso do cinto de segurança para os motoristas de veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé.

Durante uma operação de fiscalização em rodovias federais, policiais rodoviários federais devem abordar diversos veículos, solicitando aos condutores que apresentem a documentação de porte obrigatório relativa ao condutor e ao veículo para análise da autenticidade dos documentos e inspeção veicular. A esse respeito, julgue os itens subsequentes, relativos a identificação veicular e documentoscopia.

- 43 Ao analisar a CNH do condutor de um veículo abordado, caso o policial rodoviário federal, verificando todos os elementos de segurança que comprovam a autenticidade da cédula, constate adulteração no registro da data de validade do documento, ele deverá considerar o documento falso.
- 44 Caso, durante a inspeção de certo veículo abordado, o policial rodoviário federal constate que a peça com a gravação original do número de identificação do veículo tenha sido substituída por outra peça com gravação original, porém, de outro veículo com as mesmas características do veículo examinado, fica caracterizada a adulteração por implante.
- 45 Se, na operação de fiscalização, o policial rodoviário federal encontrar uma CNH plastificada no sentido longitudinal da cédula, ele deverá considerar que o referido documento está de acordo com as normas atuais adotadas pelo CONTRAN, desde que na CNH estejam expostas as tarjas impressas em talho doce das laterais direita e esquerda para verificação de sua autenticidade por meio do tato.
- 46 Caso, no exame do CLA de determinado veículo, não seja detectada a tarja de calcografia cilíndrica na cor azul, evidência que pode ser comprovada se a cédula não deixar resíduo de tinta ao ser esfregada contra folha de papel branco, o referido documento deverá ser recolhido pelo policial rodoviário federal, diante da suspeita fundada de inautenticidade.

Com base no que dispõe a legislação relacionada à identificação veicular, julgue os itens subsecutivos. Nesse sentido, considere que a sigla NIV, sempre que empregada, refere-se ao Número de Identificação do Veículo.

- 47 Se o dano de um veículo envolvido em um acidente de trânsito for enquadrado nas categorias de “média monta” ou “grande monta”, o órgão ou entidade de fiscalização de trânsito responsável pelo atendimento à ocorrência deverá comunicar o fato ao órgão executivo de trânsito do estado responsável pelo registro do veículo.
- 48 Caso um veículo apresente adulteração nos sete últimos caracteres do NIV, permanecendo os demais caracteres intactos, essa situação não impedirá que o policial rodoviário federal determine o ano e modelo do veículo.
- 49 A gravação única do NIV no chassi ou monobloco do veículo pode ser substituída por gravação ou por plaqueta soldada, colada ou rebitada, nos seguintes compartimentos e componentes: coluna da porta dianteira lateral direita; compartimento do motor; um dos para-brisas e um dos vidros traseiros; pelo menos dois vidros de cada lado do veículo.
- 50 A falta da gravação dos caracteres alfanuméricos da placa de identificação nos vidros do veículo constitui infração de trânsito.
- 51 Configura crime a remarcação do número do chassi do veículo, salvo se realizada mediante prévia autorização da autoridade de trânsito competente, comprovada a propriedade do veículo e feita por empresa credenciada pelo órgão executivo de trânsito do estado ou do Distrito Federal.

Acerca das organizações criminosas e do disposto em legislação vigente aplicável no combate e na repressão ao tráfico de drogas e de armas de fogo no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 52 Considera-se organização criminosa a associação de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com o objetivo de obter vantagens de natureza econômica, por meio da prática reiterada de infrações penais, cujas penas máximas sejam iguais ou superiores a quatro anos.
- 53 A legislação penal em vigor que define os crimes de tráfico de drogas no Brasil prevê a aplicação do mesmo tratamento penal tanto para o traficante ocasional quanto para o traficante profissional.
- 54 O policial rodoviário federal que flagrar pessoa portando ilegalmente pequena quantidade de maconha para consumo próprio deverá conduzir o infrator à delegacia de polícia competente para a formalização do termo circunstanciado de ocorrência (TCO).
- 55 Entre as circunstâncias que geram o aumento de pena para o tráfico de drogas, são de constatação comum no cotidiano operacional da PRF aquelas que evidenciam a transnacionalidade do delito e o tráfico entre estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal.

- 56 **Situação hipotética:** Durante uma fiscalização de rotina em área de fronteira, um policial rodoviário federal encontrou, sob o banco do motorista de um veículo abordado, um carregador de arma de fogo de uso permitido, bem como duas caixas de munições de calibre compatível com o acessório, não tendo sido, no entanto, localizada nenhuma arma de fogo. Na ocasião, foi verificado que o acessório e as munições haviam sido recém-adquiridos em território estrangeiro, sem autorização de importação pela autoridade competente. **Assertiva:** Nessa situação, a conduta do motorista não configura crime de tráfico internacional, já que, além de o calibre do acessório e as munições serem de uso permitido, não houve apreensão de arma de fogo.

No que se refere a métodos e formas de atuação da PRF no enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e munições, julgue os próximos itens.

- 57 Durante o procedimento de revista de motocicletas na busca de drogas, o policial rodoviário federal deverá atentar para locais como assento, purificador de ar, carenagem e interior do capacete dos ocupantes do veículo.
- 58 Nos casos de fiscalização no interior de ônibus interestaduais pela PRF, é obrigatória a presença dos passageiros durante a revista das bagagens, sem a qual a diligência não poderá ser executada.
- 59 Como técnica de entrevista, a comparação consiste em, por parte do entrevistador, formular perguntas cujas respostas provavelmente sejam verdadeiras, mas para as quais as respostas fornecidas anteriormente pelo entrevistado já tenham sido identificadas como mentiras, e com isso identificam-se, pelo método comparativo, os sinais das mentiras.
- 60 Na seleção de veículos durante a fiscalização de enfrentamento ao tráfico de drogas, o policial rodoviário federal deve observar, entre outros detalhes: quanto aos veículos, a placa de origem, o itinerário, o destino, o modelo; quanto aos ocupantes do veículo, a quantidade de pessoas, a atitude do condutor e de cada um dos demais ocupantes do veículo.

A respeito de educação, trânsito e comportamento, bem como dos diversos aspectos relacionados à legislação de trânsito vigente, julgue os itens a seguir.

- 61 A formação, a habilitação e a reciclagem de condutores são os três objetivos básicos do SNT.
- 62 Entre os componentes estáticos e dinâmicos da via incluem-se os seguintes: pista, sinalização, tipo de pavimentos, pedágios, desvios e cruzamentos.
- 63 O conceito de trânsito estabelecido pelo CTB não engloba a utilização das vias por animais não conduzidos.

Julgue os próximos itens, relativos ao projeto de educação para o trânsito e o papel institucional da PRF na promoção da educação e da segurança viária.

- 64 A simples presença de viaturas, visíveis e disponíveis para a população, em determinados locais críticos ou em momentos de maior fluxo contribui para a educação e a segurança no trânsito. Essa iniciativa da PRF apresenta bons resultados.
- 65 O Festival Estudantil Temático de Trânsito (FETRAN) foi criado pela PRF para conscientizar crianças, adolescentes e toda a comunidade escolar acerca da responsabilidade de todos na segurança do trânsito.

A respeito da segurança pública brasileira e das causas da criminalidade no Brasil, julgue o item a seguir.

- 66 O combate ao uso de drogas, a redução dos índices de letalidade e a resolubilidade dos crimes são fatores que constituem o conceito de ambiência criminosa, que está diretamente relacionado à atividade policial no Brasil.

No que se refere aos conceitos de sociedade e Estado, julgue os itens que se seguem.

- 67 Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário constituem os três elementos originários e indissociáveis do Estado.
- 68 De acordo com Noberto Bobbio, compete ao Estado intervir em conflitos sociais de caráter econômico, ideológico, social e religioso, para atenuá-los ou, se possível, resolvê-los.

A respeito das funções das instituições policiais e da história da PRF, julgue os itens a seguir.

- 69 Em decorrência da reestruturação, em 1945, do Departamento Federal de Segurança Pública, instituiu-se a PRF, cujas atribuições são supervisionar e coordenar as atividades de policiamento nas rodovias federais.
- 70 Segundo Goldstein, a habilidade da polícia em cumprir o seu papel institucional determina, em larga escala, a qualidade de vida desejada pelos cidadãos e a força da democracia de um país.

A respeito da corregedoria e do direito disciplinar, julgue os itens que se seguem.

- 71 No procedimento administrativo disciplinar, a administração pública vincula-se estritamente à verdade formal dos autos.
- 72 O dirigente de um órgão da PRF que receber denúncia anônima sobre o cometimento de possível irregularidade administrativa deverá arquivá-la, devido ao fato de ser vedada a instauração de qualquer procedimento, ainda que sumário, para averiguação desse tipo de denúncia.
- 73 O órgão central do sistema correicional do Poder Executivo Federal é a Controladoria-Geral da União.
- 74 Agir com presteza, no exercício da função pública, significa tomar providência imediata, rápida e oportuna para que o objeto da solicitação se preste ao fim legítimo pretendido pelos petionários.
- 75 Policial rodoviário federal que cometer ato que resulte em prejuízo ao erário, somente será responsabilizado na esfera civil, se o tiver cometido com dolo.

Ainda no que se refere à corregedoria e ao direito disciplinar, julgue os itens a seguir.

- 76 Policial rodoviário federal que se apropriar de dinheiro público, do qual tenha posse em razão de seu cargo, estará sujeito às penas do crime de corrupção passiva.
- 77 Se um pedido de reconsideração for provido, os efeitos de sua decisão retroagirão à data do ato impugnado.
- 78 Se um policial rodoviário federal utilizar-se do seu cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública, ele estará sujeito à penalidade administrativa disciplinar de suspensão.
- 79 Um policial rodoviário federal deverá responder por abandono de cargo, caso seja constatado que ele tenha se ausentado intencionalmente do serviço por mais de trinta dias consecutivos.
- 80 Não poderá ser responsabilizado na esfera administrativa policial rodoviário federal que tenha respondido criminalmente por suposta prática de infração penal e tenha sido absolvido com fundamento que negou a existência do fato.

Espaço livre

RASCUNHO

RASCUNHO



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos



